

1 ATA DA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO DE CÂMPUS DO CÂMPUS
2 HORTOLÂNDIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
3 TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois
4 mil e dezesseis, às quinze horas e cinquenta minutos, reuniram-se os conselheiros do
5 Conselho de Câmpus, no auditório do Câmpus, sob a presidência do Diretor Geral, o
6 professor EDGAR NODA e com o comparecimento dos conselheiros: JULIANO
7 RICELLI DA SILVA e DIVANA APARECIDA DO JOSAPHAT DO ESPÍRITO,
8 discentes; GUSTAVO BARTZ GUEDES, ROVÍLSON DIAS DA SILVA e MAURO
9 SALA, docentes; JULIANA FERNANDA DA SILVA, CLEBER FERNANDES
10 NOGUEIRA e ANA LUIZA FERREIRA DE PÁDUA BANDEIRA, técnicos
11 administrativos; Ausente, sem justificativa: ELIANE MARIA ALVES TAVARES,
12 representante da sociedade civil organizada; KARINE FRANCISCO DA SILVA,
13 representante dos pais; Ausente com justificativa: MARISA GUBANI CAPELASSI
14 representante do poder público. **I -EXPEDIENTE:** O presidente do Conselho, o diretor
15 geral do câmpus EDGAR NODA iniciou informando que foram encaminhados à
16 secretaria do Concam algumas solicitações de inclusão de informações no texto da ATA
17 da sétima reunião pelos conselheiros JULIANA FERNANDA DA SILVA e GUSTAVO
18 BARTZ GUEDES, logo após perguntou se mais algum conselheiro tinha alguma ressalva
19 a ser feita. O conselheiro ROVÍLSON DIAS DA SILVA disse que também enviou suas
20 considerações. O conselheiro CLEBER FERNANDES NOGUEIRA mencionou que a
21 ATA precisa ser algo mais genérico e quando alguém tiver interesse em acrescentar algo
22 que se manifeste para ser inserido. O Diretor Geral EDGAR NODA mencionou que
23 pesquisou sobre o assunto e verificou que a ATA tem que se atentar aos fatos e não as
24 falas propriamente ditas. O conselheiro ROVÍLSON DIAS DA SILVA ponderou dizendo
25 que tem conhecimento que na ATA as considerações são resumidas, porém não
26 concordou com a forma em como foi escrita, pois segundo ele não reflete os
27 acontecimentos na reunião, disse que suas falas foram resumidas a sentenças de poucas
28 palavras, pontos importantes levantados por ele não teria sido inserida na ATA, por isso
29 colocou-se a disposição para fazer a revisão de suas falas e encaminha-lás
30 posteriormente. A conselheira JULIANA FERNANDA DA SILVA mencionou que para
31 ela as ATAS refletem os acontecimentos das reuniões e que todas as vezes que
32 encaminhou suas observações, elas foram acatadas pela secretaria do Concam. O
33 conselheiro ROVÍLSON DIAS DA SILVA salientou que não estava falando de todas as
34 atas, mas em específico da última. O Diretor Geral EDGAR NODA abriu para votação e

35 com cinco votos dos conselheiros GUSTAVO BARTZ GUEDES, CLEBER
36 FERNANDES NOGUEIRA, JULIANO RICELLI DA SILVA, DIVANA APARECIDA
37 DO JOSAPHAT DO ESPÍRITO e ROVÍLSON DIAS DA SILVA, abstenções dos
38 conselheiros JULIANA FERNANDA DA SILVA, ANA LUIZA FERREIRA DE
39 PÁDUA BANDEIRA e MAURO SALA, votaram a favor pela aprovação da ATA da
40 sétima reunião na próxima reunião ordinária. **II- ORDEM DO DIA: 1) Posse dos**
41 **membros.** Edgar deu posse aos novos membros MAURO SALA representante dos
42 docente, ANA LUIZA FERREIRA DE PÁDUA BANDEIRA representante dos
43 técnicos- administrativos e DIVANA APARECIDA DO JOSAPHAT DO ESPÍRITO
44 representante dos discentes. Após a posse, o presidente EDGAR NODA, informou que o
45 aumento no número de membros foi devido ao aumento no número de docentes e
46 acrescentou que o quadro de membros ainda está incompleto, por isso no próximo ano
47 será necessário a abertura de um novo processo eleitoral. O conselheiro GUSTAVO
48 BARTZ GUEDES em nome da comissão eleitoral agradeceu a Coordenadoria de Apoio à
49 Direção por ter recebido as inscrições e a servidora Cássia Moretti por ter sido mesária.

50 **2) Aprovação do orçamento.** A conselheira JULIANA FERNANDA DA SILVA
51 informou que não conseguiu realizar o estudo para saber o valor exato que a assistência
52 estudantil irá disponibilizar para ajudar o câmpus com as refeições, mas comentou que o
53 valor será entre 15% e 20%. Em seguida, o conselheiro CLEBER FERNANDES
54 NOGUEIRA informou aos demais membros que foi sorteado para ser o relator da pauta
55 de orçamento e por isso foi buscar informações junto a Diretoria Adjunta de
56 Administração. Iniciou elogiando o processo de como foi realizado a divisão do
57 orçamento e completou falando que a forma de orçamento participativo é muito bem
58 vinda para o câmpus. A conselheira ANA LUIZA FERREIRA DE PÁDUA BANDEIRA
59 questionou ao conselheiro CLEBER FERNANDES NOGUEIRA se ele teria utilizado a
60 quantidade de cinco dias para o cálculo das refeições, ao invés de três dias. Como o
61 Diretor Adjunto Administrativo Davis Wilian Graciano de Toledo estava na reunião, foi
62 ele quem explicou aos membros que o valor de referência era de R\$ 11,88 e foi reduzido
63 para R\$ 8,59. Também explicou que a estimativa foi feita em cima de 220 alunos em 120
64 dias letivos. Complementou que para as refeições foi destinado 149 mil reais mais o
65 subsídio da assistência estudantil. Entretanto, ressaltou que esse valor da assistência
66 estudantil não entra na planilha enviada aos conselheiros, pois essa planilha contempla
67 apenas os recursos da fonte 112, no qual diz respeito à manutenção e funcionamento do
68 câmpus, já a fonte da assistência estudantil seria a fonte 100. O conselheiro CLEBER

69 FERNANDES NOGUEIRA disse que em seu relatório fez duas ressalvas para que o
70 dinheiro que sobrar possa restabelecer a alimentação integral dos alunos. O conselheiro
71 ROVÍLSON DIAS DA SILVA também pediu para que o valor que venha para a
72 alimentação permaneça na alimentação, pois segundo ele a ideia é que os dias que não
73 tiverem aulas a tarde para os cursos integrados, os alunos permaneçam no câmpus para a
74 realização de outras atividades, sendo assim ele pediu que, com alteração do cenário para
75 um orçamento maior, esse aluno também receba a alimentação. A conselheira ANA
76 LUIZA FERREIRA DE PÁDUA BANDEIRA disse que não concorda que todo o
77 dinheiro que vier seja destinado apenas aos cursos do integrado, pois segundo ela o
78 câmpus possui outros cursos que também precisariam ser beneficiados com esse recurso.
79 Em resposta a consideração da conselheira, o Diretor Adjunto Administrativo, Davis
80 Wilian Graciano de Toledo informou que esse ano terá lanche seco, por meio da ATA da
81 SRP que já foi licitada. Ele ainda ponderou que não é a alimentação mais adequada, mas
82 é uma forma de alimentação. Em seguida, os conselheiros ANA LUIZA FERREIRA DE
83 PÁDUA BANDEIRA e CLEBER FERNANDES NOGUEIRA questionaram ao Diretor
84 Adjunto Administrativo sobre os valores que o câmpus dispõe para arcar com as refeições
85 se seriam o suficiente e também se a solicitação do marmitex poderia ser feita no próprio
86 dia ao invés do dia anterior como ocorre hoje. Davis Wilian Graciano de Toledo
87 respondeu que a empresa alega não ter tempo hábil para o preparo dos alimentos, por isso
88 ela pede que a solicitação do marmitex seja no dia anterior. Com relação ao
89 questionamento sobre os valores, ele esclareceu que a entrada será de 32 alunos por curso
90 e não 40 como era inicialmente, dando assim um gasto total de 216 mil reais subtraindo a
91 contribuição de 70 mil reais da assistência estudantil, resta o valor de 146 mil reais que
92 constam no orçamento do câmpus. Logo depois, o diretor geral EDGAR NODA abriu
93 para votação e por unanimidade votaram a favor do orçamento 2017. **3) Calendário.** O
94 conselheiro GUSTAVO BARTZ GUEDES fez algumas observações com relação ao
95 calendário do curso superior Análise e Desenvolvimento de Sistemas, disse que as férias
96 docentes está de 03 a 19 de julho, mas o correto seria de 03 a 17 de julho. Também
97 informou que os dias 18 e 19 de julho não terá nenhuma atividade com os alunos, porém
98 consta como dias letivos, está no calendário como planejamento escolar. Depois disse que
99 no mês de dezembro o término do 2º semestre letivo será no dia 20, todavia na
100 contabilização dos dias letivos e das semanas, esses dias não estariam sendo
101 contabilizados. O diretor geral EDGAR NODA explicou que foi um cálculo feito pelo
102 Diretor Adjunto Educacional, no qual as atividades de ensino provalmente encerrariam

103 uma semana antes, mas as atividades docentes por conta do conselho por exemplo,
104 terminariam depois. O conselheiro GUSTAVO BARTZ GUEDES voltou a fazer suas
105 considerações dizendo que no 1º semestre serão 18 sextas-feiras, por isso, informou que
106 alguns docentes reclamaram das emendas de feriados, porque depois eles terão que repor
107 essas aulas em outros momentos. Ele também enfatizou que alguns professores
108 reclamaram sobre a questão do recesso terminar no dia 02 e as férias dos docentes
109 começarem nesse mesmo dia. Levantou então, a possibilidade de fazer um
110 questionamento para comissão de legislação e normas para verificar a existência de
111 algum problema das férias docentes iniciarem com o recesso. O conselheiro ROVÍLSON
112 DIAS DA SILVA disse que o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas - ADS já
113 é reconhecido pelo MEC e pode ter até 20% em regime em EAD, então sugeriu a
114 possibilidade disso se institucionalizar junto a coordenadoria de curso e a direção. O
115 diretor geral EDGAR NODA informou que essa solicitação foi feita e logo virá para o
116 Concama para ser votado. O conselheiro ROVÍLSON DIAS DA SILVA retomou a palavra
117 e disse que no curso do ADS os alunos se matriculam por disciplina, então muitas vezes
118 os professores não conseguem trocar um dia com outro professor, disse que o professor
119 precisa sempre conseguir um substituto ou verificar com os alunos um dia que eles não
120 tenham aula para a reposição. Completou dizendo que para o MEC é válido o conjunto do
121 ano de 100 dias letivos no primeiro semestre e 100 dias no segundo, por isso, com relação
122 a parte legal estaria correta. Portanto, caso o professor não dê uma aula por conta de
123 emenda de feriado, ele não será prejudicado, pois o aluno recebeu os 200 dias de aulas
124 letivos. O Diretor Adjunto Educacional LUIZ CLÁUDIO MARANGONI DE
125 OLIVEIRA informou que para garantir a carga horário do curso, deve-se garantir o
126 número de semanas previstos, por isso preferencialmente a reposição deverá ser durante a
127 semana, porém como isso não foi possível em todos os casos, foi previsto alguns sábado
128 para a reposição das emendas dos feriados. Depois ele esclareceu que o período letivo
129 não são somente as aulas, mas tem fechamento de notas, recurso dos alunos com a
130 publicação das notas, por isso no final do ano não colocamos como dias letivos para
131 aulas. O conselheiro MAURO SALA sugeriu que fosse informado antes sobre a data do
132 término do recesso para não ferir o direito de férias, como no caso dos professores que
133 tiram férias todos juntos, que os servidores poderiam colocar o início das férias no dia 3,
134 para todas as pessoas ter igualdade de escolher o início das suas férias. A Conselheira
135 JULIANA FERNANDA DA SILVA colocou que por uma questão política manteve o
136 início das férias no dia 02 e que outros servidores técnicos administrativos mantiveram as

137 férias no dia 2 por um posicionamento político de defesa do recesso no dia 02. O
138 conselheiro MAURO SALA colocou que seria correto ser colocado antes que dia 02 era
139 recesso para todos os servidores pudessem iniciar suas férias no dia 03, que seria justo a
140 servidora Juliana escolher e não ficar com postura defensiva e que seria justamente para
141 beneficiar os servidores que teriam um dia a mais de férias. Já o conselheiro CLEBER
142 FERNANDES NOGUEIRA sugeriu que o começo dos trabalhos para a criação do
143 calendário fosse antes de ser determinado pela PRE. O diretor geral EDGAR NODA em
144 resposta as sugestões informou que já propôs isso ao diretor adjunto educacional e se
145 comprometeu no próximo ano submeter a aprovação do calendário ao Concam antes de
146 ser encaminhado para PRE. Logo em seguida, o conselheiro GUSTAVO BARTZ
147 GUEDES sugeriu que fosse retirado o recesso do dia 02 de janeiro do calendário escolar
148 e que depois a direção geral pessoalmente fizesse um comunicado falando a respeito
149 desse recesso. O conselheiro ROVÍLSON DIAS DA SILVA mencionou que como o
150 calendário já foi aprovado pelo Concam constando o recesso do dia 02, ele deveria ser
151 mantido. O diretor geral EDGAR NODA respondeu que apesar de constar o recesso no
152 calendário escolar, não significa automaticamente que os administrativos também teriam
153 recesso, por isso a cada emenda ou recesso é necessário ser feito um comunicado saindo
154 da Direção Geral. Conselheiro MAURO SALA propôs como alternativa uma folga
155 posteriormente aos administrativos que por conta de suas férias iniciarem no mesmo dia
156 do término do recesso perderam um dia de férias. Em seguida, o Diretor Adjunto
157 Educacional retomou o assunto sobre os dias 18 e 19 de julho e explicou aos conselheiros
158 que dia 18 será de planejamento e o dia 19 será início das aulas. **4) Aprovação do PDI.**
159 Conselheiro GUSTAVO BARTZ GUEDES foi o relator do assunto e iniciou falando que
160 fez seu parecer baseado em uma análise de documentos no site do câmpus e em e-mails
161 que foram encaminhados para o Concam. Ele mencionou que o assunto do PDI foi
162 trazido três vezes para o conselho e acabou não sendo discutido porque na primeira vez
163 não veio nenhuma planilha, na segunda vez, veio uma planilha que da forma como foi
164 exposta segundo ele, os dados pareciam inconsistentes e na terceira vez, veio uma
165 segunda planilha muito diferente da primeira. Disse que no site está a primeira planilha e
166 nela consta apenas 9% para a licenciatura. Já na última planilha que foi enviada, um
167 ponto importante de acordo com ele, é a oferta de 160 vagas em um mestrado de
168 matemática. Logo após, fez algumas colocações e por fim recomendou a reprovação do
169 PDI, pois ele enquanto relator mencionou que não conseguiria garantir se o que estaria
170 sendo votado, seria o que de fato foi deliberado em assembleia. O professor RICARDO

171 BARROSO LEITE como membro da comissão local do PDI, participou da reunião e
172 iniciou dizendo que existem algumas versões da planilha porque ela foi criada por ele
173 para facilitar o trabalho da comissão, mas que a comissão central não exigiu nenhum
174 formato específico de como ela deveria ser feita, por isso alguns dados que constam na
175 planilha não precisariam ser votados. Esclareceu que a comissão não entrou no quesito
176 número de vagas ofertadas na assembleia porque a votação foi baseada se haveria ou não
177 demandas para os cursos. A definição sobre a quantidade de vagas foi decidida
178 posteriormente em reuniões entre a direção geral e as coordenadorias. Após essa abertura
179 o professor RICARDO BARROSO LEITE leu alguns alguns questionamentos feitos à
180 comissão central. Primeira pergunta: Qual o papel do Concam e se o Concam pode
181 reprovar a proposta do PDI? Resposta dada pela comissão central: Cabe ao concam
182 aprovar o PDI. Segunda pergunta: A partir do relatório do professor Gustavo que em sua
183 maior parte ínsita inconsistência nos balizadores existe algum prazo para o atendimento
184 desses balizadores? Resposta: Não existe nenhum documento que fale sobre os prazos,
185 mas solicita-se aos câmpus cumprir a lei e cumprir os balizadores até 2018 dentro das
186 especificidades. Terceira pergunta: Nesta revisão já teríamos que atingir os balizadores?
187 Resposta: Não existe documento específico falando sobre tal orientação. Quarta pergunta:
188 Se ficou a cargo do Concam fazer a análise final qual a finalidade do comunicado que
189 fala sobre os prazos? Resposta: Análise e reavaliação são atribuições da comissão local e
190 cabe ao concam aprovar ou não a revisão do câmpus. Quinta e última pergunta: Se o
191 concam pode reprovar a proposta do pdi e o que irá acontecer? Resposta: será necessário
192 que a comissão apresente ao concam os devidos esclarecimentos referentes aos
193 apontamentos feitos pelo mesmo. Em seguida da leitura, o professor RICARDO continuou
194 suas observações dizendo que a primeira versão apresentada estava incompleta, por isso
195 foi enviada uma nova planilha com uma nova versão, disse também que na assembleia ele
196 informou que os balizadores não seriam atingidos em nenhuma das propostas
197 apresentadas e que uma das possibilidades seria o fechamento de algum curso, mas por
198 enquanto a comissão não tinha recebido nenhuma proposta nesse sentido. Por isso,
199 finalizou sua fala dizendo que o único jeito seria a apresentação de um direcionamento
200 nesse momento e no próximo PDI a continuação da revisão. O diretor Geral EDGAR
201 NODA levantou algumas possibilidades para o conselho, nas quais a primeira seria
202 aprovar o que está no site, no qual é mais incompleto, sendo que a segunda opção seria
203 encaminhar a outra planilha revisada que tenta fechar o balizador, e a terceira seria
204 continuar fazendo a discussão e por fim a quarta é encaminhar uma dessas para a

205 comissão central e encerrar esse ciclo e começar outro com uma nova revisão ainda em
206 2017. Outro membro da comissão que também participou da reunião foi a servidora
207 CÁSSIA MORETTI, que iniciou sua fala dizendo que atender os balizadores não é fácil
208 porque o câmpus se limita a quantidade de professores, é uma análise que precisará rever
209 currículos, carga horário e fechamento de cursos, salientou que atender os balizadores é
210 importante porque é lei, mas o câmpus não conseguirá fazer isso a curto prazo. Segundo
211 ela todas as propostas cobrem um dado, mas descubrem o outro, pois o número de
212 professores já está no máximo. O conselheiro MAURO SALA fez suas considerações
213 sobre o assunto, e iniciou dizendo que o integrado não terá 360 alunos. Na planilha está
214 constando três integrados com sala cheia, porém isso não seria viável, pois isso
215 significaria que os professores do núcleo comum teriam no mínimo 18 aulas. Disse ainda
216 que concorda com o conselheiro GUSTAVO BARTZ GUEDES que precisa ser
217 repensado os PPCs e os integrados, mas discorda da conclusão pela reprovação do
218 relatório, disse que enquanto o câmpus não tiver os cursos funcionando em sua totalidade,
219 a tarefa de pensar o PDI será cotidiana a todos, ele concluiu dizendo que cumprir o
220 balizador em 2018 não é possível e que a discussão do PDI tem que ser articulado com o
221 PPC. O conselheiro GUSTAVO BARTZ GUEDES disse que a planilha a ser votada
222 precisaria no mínimo mostrar quando esse balizadores seriam atingidos, entretanto o
223 problema é que a primeira planilha não contempla os 20% no quesito licenciatura e a
224 segunda planilha tem um pequeno problema no Proeja que está com 9,5% e precisaria
225 chegar a 10%, mas o principal quesito que segundo o conselheiro estaria incoerente são
226 as 160 vagas para um mestrado de matemática, pois parece que esse número teria sido
227 inserido na planilha apenas para alcançar os valores estipulados na lei. Em seguida,
228 conselheiro CLEBER FERNANDES NOGUEIRA disse que entende a preocupação e
229 explicou que no PDI de 2014 tinha previsão de 80 vagas para licenciatura, porém durante
230 a construção do projeto político pedagógico constatou-se que não haveria demanda para
231 as 80 vagas, baseando-se nas outras instituições próximas ao câmpus, por isso houve a
232 diminuição da oferta para 40 vagas, então explicou que ao se ofertar 160 vagas, pode num
233 primeiro momento ser um número aproximado para tentar atingir o balizador, contudo no
234 momento da construção do projeto político pedagógico isso poderá mudar. Completou
235 dizendo que a opção pelo mestrado profissional foi por causa da RAP, mas que não foi
236 passado ao câmpus maiores informações sobre como isso ocorreria. Disse que foi
237 informado que o câmpus Hortolândia seria um polo e não ocuparia muitos docentes. O
238 conselheiro GUSTAVO BARTZ GUEDES esclareceu seu ponto de vista, dizendo que

239 recomendou a reprovação para forçar a revisão dos números que atualmente não são
240 coerentes, visto que caso fosse aprovado hoje pelo conselho, ele o seria com muitas
241 ressalvas. A conselheira JULIANA FERNANDA DA SILVA também fez algumas
242 observações informando que desde o início o PDI não é exequível, e que o PDI anterior
243 foi feito a partir daquilo que as pessoas queriam e idealizavam, sem pensar na
244 precarização do trabalho dos servidores docentes e técnicos administrativos. Disse que o
245 PDI atual está melhor que o anterior e que considera os integrados e o proeja cursos
246 essenciais para a parte social. Mencionou que sua preocupação é em como o câmpus
247 conseguirá rever o PDI, pois desde o começo a preocupação da maioria dos docentes era
248 a defesa de suas áreas, ao invés do câmpus como um todo e por fim disse que será difícil
249 arrumar o PDI que inicialmente deveria ter sido melhor planejado. O conselheiro
250 CLEBER FERNANDES NOGUEIRA retomou a palavra e disse que o câmpus possui um
251 problema concreto com relação aos balizadores, pois são 70 docentes para atender 1400
252 alunos, a entrada segundo ele não precisa ser de 40 alunos como consta no documento,
253 pois a estrutura das salas não comporta 40 alunos ingressantes mais os alunos reprovados.
254 Em seguida foi a vez do conselheiro ROVÍLSON DIAS DA SILVA fazer suas
255 considerações, e disse que houve uma assembleia na qual foi aprovada a proposta
256 apresentada do PDI, sendo assim como representantes daqueles que estavam na reunião o
257 conselho deve seguir o que foi decidido naquela reunião. Outro ponto ainda levantado é
258 que durante a execução de um planejamento sempre é necessário os ajustes até a sua
259 conclusão, por isso o câmpus deve partir de um ponto já conhecido que é 2017 e assim ir
260 adequando conforme as necessidades até o término em 4 anos provavelmente. O diretor
261 geral EDGAR NODA esclareceu que a revisão do PDI é para ser entregue em 2018 e não
262 daqui 4 anos. Depois a conselheira JULIANA FERNANDA DA SILVA fez duas
263 perguntas, sendo uma sobre qual certificação o aluno que entrou para fazer o curso de
264 engenharia sairá no final do curso, se será de engenheiro ou de tecnólogo, e a segunda é
265 se o câmpus teria a quantidade suficiente de professores para dar o curso de engenharia.
266 O diretor geral EDGAR NODA respondeu que atualmente o câmpus possui 62
267 professores e potencialmente terá uns 66, devido o processo de remoção ainda estar
268 aberto. O conselheiro GUSTAVO BARTZ GUEDES mencionou que numericamente o
269 outro PDI era perfeito, tendo somente um erro com os 10% do EJA. Continuou sua fala
270 dizendo que no ano de 2014 o momento era perfeito porque o orçamento não estava
271 comprometido, que o câmpus estava em expansão e que os professores podiam dar até 20
272 aulas por semana. O professor RICARDO BARROSO LEITE tomou a palavra e explicou

273 que as duas planilhas estão corretas, a diferença de uma para outra é o número de vagas, a
274 primeira planilha considera o mesmo número de vagas que estava a anterior, a mudança
275 feita posteriormente foi realizada respondendo ao questionamento do Concam e
276 consultando os coordenadores e a direção. Foi alterado apenas o número de vagas para
277 dar os balizadores, confirmou que as duas atendem à assembleia. Explicou também que o
278 Proeja não vai usar professores do núcleo comum, irá utilizar mais professores da área
279 técnica e por fim, respondendo ao questionamento da conselheira JULIANA
280 FERNANDA DA SILVA sobre os professores da engenharia, informou que professores
281 disponíveis são para o ano de 2018 e que depois provalmente o câmpus teria que efetuar
282 contratações. O conselheiro CLEBER FERNANDES NOGUEIRA disse que a lei fala em
283 prioritariamente ter o integrado, então sugeriu que a partir de todas as vantagens que os
284 integrados fornecem ao câmpus, Hortolândia deveria trabalhar somente com os
285 integrados, disse que se poderia desisitir do concomitante e do subsequente em nome de
286 atender a amplitude do ensino médio. Disse que caso essa possibilidade tivesse sido
287 pensada antes, hoje o câmpus teria 6 integrados ao invés de 3. Complementou dizendo
288 que o câmpus passará pela revisão dos PPC, mas que seria melhor a substituição dos
289 cursos concomitantes para somente os subsequentes, pois o câmpus já possui os
290 integrados e eles já fazem uma ponte com o concomitantes. Após sua explicação, sugeriu
291 com pesar a retirada de algumas disciplinas que são oferecidas no ensino médio dos
292 cursos técnicos para manter mais a questão profissionalizante. O diretor geral EDGAR
293 NODA respondeu ao conselheiro CLEBER que seria necessário um estudo junto a
294 comunidade para verificar essa sugestão dada por ele, pois historicamente Hortolândia
295 tem uma alta demanda pelo concomitante. Conselheiro MAURO SALA disse que em
296 2017 o câmpus possui todos os dados sobre quantos alunos irão entrar, por isso sugeriu
297 que fosse colocado na planilha a quantidade real da entrada de alunos, com 96 dos
298 integrados e 40 alunos de matemática. A servidora CASSIA MORETTI respondeu ao
299 conselheiro MAURO dizendo que o problema não é a quantidade de vagas ofertadas,
300 visto que esses números podem permanecer da mesma forma como constam na planilha,
301 mas depois a direção geral teria que responder o porquê não atendeu aquela quantidade
302 de vagas. Conselheiro MAURO SALA mencionou que como a comissão central não
303 entregou o parecer deles, torna o ato de aprovação da revisão do PDI mais complicado,
304 visto que o conselho poderia aprova-la e a comissão central reprova-la. Aconselhou então
305 que o conselho solicitasse um posicionamento da comissão central para ela emitir um
306 parecer sobre a questão, para depois o conselho decidir com mais clareza. Conselheira

307 JULIANA FERNANDA DA SILVA demonstrou preocupação dizendo que a não
308 aprovação desse, implicaria a vigência do anterior, porém segundo ela manter a vigência
309 do anterior não seria benéfico ao câmpu, por isso prefere aprovar essa revisão do PDI e
310 solicitar um parecer da comissão central. O diretor geral EDGAR NODA esclareceu que
311 a diminuição na oferta de quantidade de vagas no processo seletivo passado, não foi uma
312 decisão tomada por ele, pois enquanto diretor teve que solicitar um documento da
313 diretoria de infraestrutura do IFSP, mostrando que o câmpus não tinha estrutura para
314 colocar 50 alunos dentro de uma sala e que não tinha tempo hábil para fazer uma reforma
315 para atender essa demanda de alunos. O professor RICARDO BARROSO LEITE antes
316 que iniciassem a votação esclareceu o primeiro questionamento da conselheira JULIANA
317 FERNANDA DA SILVA dizendo que será um curso de engenharia com uma certificação
318 intermediária de tecnólogo. Terminadas as discussões, o diretor geral EDGAR NODA
319 deu então quatro opções para a votação, sendo a primeira de aprovar a primeira planilha
320 aprovada em assembleia, a segunda de aprovar a planilha revisada, a terceira de
321 reprovação e a quarta opção de não aprovar nada e acionar a comissão central para ela dar
322 um parecer. O conselho decidiu então em iniciar a votação do PDI, pela última e quarta
323 opção. Em seguida, diretor geral abriu para votação e os 7 conselheiros: CLEBER
324 FERNANDES NOGUEIRA, MAURO SALA, ANA LUIZA FERREIRA DE PÁDUA
325 BANDEIRA, ROVÍLSON DIAS DA SILVA, JULIANA FERNANDA DA SILVA,
326 JULIANO RICELLI DA SILVA e DIVANA APARECIDA DO JOSAPHAT DO
327 ESPÍRITO votaram a favor dessa opção, enquanto o conselheiro GUSTAVO BARTZ
328 GUEDES votou contra. Resumindo, o Concam votou a favor de por enquanto não
329 aprovar ou reprovar o pdi, mas acionar a comissão central para ela dar um parecer sobre a
330 revisão do PDI. **5) Calendário do Concam:** O diretor Geral EDGAR NODA questionou
331 aos conselheiros se as reuniões poderiam continuar sendo na terceira semana do mês, as
332 quintas-feiras às 15h30, em resposta os conselheiros disseram que por enquanto esses
333 critérios estabelecidos poderiam permanecer da mesma forma. Ficando agendado a
334 primeira reunião ordinária de 2017 no dia 16 de fevereiro às 15h30. **III - EVENTUAIS:**
335 Após a votação positiva quanto a extensão do horário da reunião, o conselheiro CLEBER
336 FERNANDES NOGUEIRA iniciou solicitando uma reunião extraordinária para ser
337 avaliado seu pedido de afastamento para capacitação. Por unanimidade os conselheiros
338 votaram a favor pela reunião extraordinária no dia 20 de dezembro às 15h30. Logo após,
339 o conselheiro MAURO SALA tomou a palavra e explicou que o termo núcleo comum
340 não existe mais, pois a divisão não será mais por área, mas sim por curso e por isso

341 gostaria de abrir uma discursão sobre como é a melhor forma de distribuir seis FCC's
342 entre os sete cursos, e disse que sua indicação seria que uma FCC pudesse reconhecer o
343 núcleo comum com sua especificidade. O diretor EDGAR NODA disse que o primeiro
344 problema é que a quantidade de FCC é menor do que a quantidade de cursos, em seguida
345 mencionou que antigamente o MEC não tinha nenhuma regra, então cada curso tinha a
346 sua FCC, porém após a nova portaria, o MEC condensou e as FCC's agora abrangem
347 todas as categorias, exemplificou dizendo que o integrado de informática, o concomitante
348 de informática e o futuro curso Manutenção e Suporte de Redes são três cursos, mas com
349 a concessão de apenas uma FCC. Continuou sua fala dizendo que o EAD não prevê
350 nenhuma FCC, mas em compensação no caso do superior é sempre um coordenador por
351 curso, um para o ADS, um para a licenciatura, um para a futura engenharia e um para o
352 Proeja. O conselheiro MAURO SALA disse que está propondo que se verifique a melhor
353 forma de organização, um debate sobre o assunto, ressaltou que o problema é que a FCC
354 pressupõe que o câmpus fosse organizado por curso, mas segundo ele isso não ocorre,
355 pois os professores dão aulas em vários cursos. O diretor geral EDGAR NODA então
356 informou sobre como é feito a atribuição do coordenador do curso. Exemplificou dizendo
357 que para o curso de controle de automação, primeiro é verificado com todos os docentes
358 da área técnica que deram aulas nos últimos anos para o curso, caso não queiram, é aberta
359 a oportunidade para todos os docentes da área técnica que tenham dado aulas ou não,
360 caso ainda ninguém queira, a vaga é aberta então para os demais professores. Depois
361 explicou o porquê do coordenador do núcleo comum, Ricardo Batista, ser o único a ter
362 FG-2 ao invés da FCC, disse que não poderia atribuir uma FCC a um coordenador do
363 núcleo comum, mas como a reitoria estava dando um período de adaptação aos câmpus e
364 tinha uma FG-2 sobrando, conseguiu atribuir essa Função Gratificada a ele e
365 complementou dizendo que esse ano de 2017 provavelmente a reitoria irá tirar essa FG
366 do câmpus. O diretor geral ainda propôs que para não desarticular o núcleo comum, que
367 seja criado um projeto institucional de núcleo básico de ensino, no qual todos os
368 professores teriam como chefia imediata a Diretoria Adjunta de Ensino-DAE. Explicou
369 que os outros câmpus que adotaram essa medida, os coordenadores de curso fazem um
370 parecer sobre aquele determinado professor e depois entregam a DAE para ser feito o
371 estágio probatório. O conselheiro CLEBER FERNANDES NOGUEIRA relatou que
372 existem duas portarias que regulamentam a escolha dos coordenadores, então o CONIF
373 está discutindo um regulamento de escolha, mas por enquanto esse documento não está
374 finalizado. O próximo a falar foi o conselheiro GUSTAVO BARTZ GUEDES dizendo

375 que o fato de existir uma coordenadoria do núcleo comum e as coordenadorias de curso
376 faz com que os cursos não sejam integrados de fato, porque são duas reuniões distintas,
377 uma para atender o núcleo comum e outra para a área técnica, disse que não existe uma
378 reunião do curso integrado, então acredita que a melhor forma seria se qualquer professor
379 pudesse se candidatar em ser o coordenador, e complementou dizendo que não é possível
380 conceder a FCC ao núcleo comum por conta da portaria do MEC, mas que poderia ser
381 concedido em definitivo uma FG-2, porém essa medida precisaria ser aprovado pelo
382 Conselho Superior. O diretor geral EDGAR NODA enfatizou que a FG-2 já poderia
383 permanecer com o núcleo comum como ocorre hoje, todavia o problema é que o câmpus
384 terá que devolver essa FG-2 para reitoria. Retomando o assunto já mencionado pelo
385 conselheiro GUSTAVO BARTZ GUEDES o conselheiro MAURO SALA concordou
386 com ele em ter as coordenações de curso e que seria interessante se houvesse a integração
387 dos integrados, porém como isso não ocorre, ele não considera justo o núcleo comum
388 entrar nos antigos núcleos técnicos. Disse que quer a integração, mas essa será uma
389 discussão do PPC, hoje como o câmpus tem uma FCC por curso ao limite de 7, o núcleo
390 comum propõe que uma dessas coordenações que o câmpus tem direito fique com o
391 núcleo comum. O diretor geral EDGAR NODA reforçou sua ideia anterior e disse que se
392 todos os docentes estiverem abaixo da DAE e tendo ela como sua chefia, as reuniões de
393 coordenações seriam divididas em duas partes, sendo uma hora para tratar de assuntos
394 administrativos como falta de material e uma hora para tratar de assuntos pedagógicos,
395 enfatizando que dessa forma tentar-se-á resolver o problema da falta de integração e
396 enquanto isso a direção geral iria pleitear uma FG-2 para reconhecimento do núcleo
397 comum. O conselheiro MAURO SALA propôs como alternativa que, como o curso de
398 automação possui apenas o integrado por enquanto, a FCC que seria dada ao superior,
399 fosse provisoriamente concedido ao núcleo comum. O conselheiro ROVÍLSON DIAS
400 DA SILVA disse que a estrutura mudou e as demandas também mudaram, disse que os
401 cursos integrados é um dos pilares centrais das unidades, por isso ele considera
402 importante batalhar no Conselho Superior por uma coordenação para o núcleo comum,
403 por fim questionou como estariam a divisão das FCC's nos outros câmpus. O diretor
404 geral EDGAR NODA explicou que os câmpus mais antigos possuem mais de 7 FCC's e
405 os mais novos possuem menos de 7, por isso a reitoria determinou a igualdade entre todos
406 os câmpus, retirando FCC daqueles câmpus que possuem mais e concedendo aos câmpus
407 que possuem menos. O Conselheiro GUSTAVO BARTZ GUEDES informou que a
408 portaria do MEC pede para ser uma FCC a cada 10 professores, então como temos 70

409 professores, 7 FCC's estão corretas para o câmpus. O conselheiro MAURO SALA disse
410 que não concorda com a solução apresentada em manter o agrupamento de cursos como
411 existe hoje e guardar uma FCC para um curso que não existe ainda. O diretor EDGAR
412 NODA opinou dizendo que considera melhor criar uma coisa nova por saber que o curso
413 não está sendo reconhecido adequadamente, ao invés de fazer um ajuste temporário, o
414 melhor segundo ele seria pleitear a mudança a nível de organograma. Por fim, a
415 conselheira JULIANA FERNANDA DA SILVA sugeriu então encaminhar um
416 documento ao Conselho Superior e unir os professores do ensino básico do instituto para
417 juntos solicitarem a mudança. Nada mais havendo, o presidente, EDGAR NODA,
418 encerrou a reunião; eu, SHEILA CABRAL LEITE, secretariei e lavrei esta ata que será
419 aprovada na reunião subsequente.

420

421 Edgar Noda _____

422 Gustavo Bartz Guedes _____

423 Mauro Sala _____

424 Rovilson Dias da Silva _____

425 Juliano Ricceli da Silva _____

426 Divana Aparecida do Josaphat do Espírito _____

427 Ana Luiza Ferreira de Pádua Bandeira _____

428 Cleber Fernandes Nogueira _____

429 Juliana Fernanda da Silva _____

430 Davis Wilian Graciano de Toledo _____

431 Luiz Cláudio Marangoni de Oliveira _____

432 Cássia Moretti _____

433 Ricardo Barroso Leite _____